

Uma crítica à refutação lógica da macroeconomia neoclássica

ALEXANDRE SCHWARTSMAN*
LUIZ FERNANDO ELEUTÉRIO LOPES*
SAMUEL DE ABREU PESSÔA*

INTRODUÇÃO

Em artigo publicado recentemente (Revista de Economia Política, vol. 9, n. 1, jan-mar/89) Gilson Schwartz promoveu uma tentativa de refutação lógica da macroeconomia neoclássica. Ao contrário das críticas usuais (“externas”, no seu entender), Schwartz pretende ter realizado uma crítica “interna” à macroeconomia neoclássica, procurando atingir seus fundamentos lógicos. O percurso desta crítica pode ser dividido em duas partes. Na primeira delas, apoiado na obra de Schmitt, Schwartz faz uma breve análise da teoria dos preços, afirmando inicialmente que a noção de preço está necessariamente ligada à efetivação de um ato de troca. Apenas nestes instantes — “ t_i ” —, então, é que se verificaria a “identidade” entre oferta e demanda. Nos demais instantes “ t_j ” —, no intervalo entre os instantes finitos da troca, oferta e demanda são “fatores” distintos, podendo aí se constatar eventuais excessos de demanda ou oferta, ocorrendo o ajuste via preços.

O segundo passo de sua crítica é examinar a analogia entre a teoria dos preços e a teoria da renda. Nesta última



afirma, baseado em Schmitt, que a "identidade" entre oferta e demanda ocorre em *todos* os instantes de tempo (t_i e t_j), em virtude da identidade macroeconômica básica, ao contrário do que ocorre na teoria microeconômica dos preços. Não há espaço, portanto, para a ocorrência do excesso de demanda e para que opere o mecanismo dinâmico de ajuste via quantidades. Logo, segundo Schwartz, a analogia com a teoria dos preços é falsa e há um erro lógico em postular $Y = C + I$ como condição de equilíbrio, quando $Y \equiv C + I$ é a identidade macroeconômica básica. Um mesmo objeto não pode ser, simultaneamente, uma tautologia e uma condição de equilíbrio.

Esta é, em linhas gerais, a *démarche* de Schwartz. Cremos, no entanto, que este autor cometeu alguns equívocos teóricos básicos que inviabilizam o seu esforço. Neste ensaio procuraremos destacar estes problemas, bem como indicar caminhos alternativos de críticas à macroeconomia.

TEORIA DOS PREÇOS

Em sua análise da teoria dos preços, quando se refere à temporalidade do equilíbrio, Schwartz afirma que "(...) quando se fala em 'preço', subentende-se a efetivação de um ato de troca. Uma sucessão de *atos* de troca define uma seqüência de instantes em que ocorre a troca. A cada ato de troca corresponde a igualdade entre oferta e demanda. Uma mesma transação pode ser chamada de oferta ou demanda" (Schwartz, 1989, p. 90, grifo nosso). Há nesta passagem duas confusões conceituais de grandes proporções e uma afirmação que não possui validade geral e que, portanto, precisa ser corretamente qualificada.

A primeira confusão é acreditar que a noção de preços está vinculada à *efetivação de um ato de troca*, como quer Schmitt, de modo que só seria possível associar relações numéricas a bens no ato da troca, *inexistindo comensurabilidade entre oferta e demanda* fora dela (Schmitt, 1988, p. 178). Suponhamos, porém, que o indivíduo "i" vá ao mercado onde se troca o bem A (exemplares do *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*, de Walras) pelo bem B (exemplares do *Macroeconomic Theory: a Fundamental Revision*, de Schmitt) e onde o preço de B em termos de A sea $P_{BA} = 2$. Isto significa que dois exemplares do *Compêndio* são trocados por um único exemplar do *Macroeconomic Theory*. Dado P_{BA} , "i", que é detentor do *Macroeconomic Theory*, decide demandar $D_A = 10$ exemplares do *Compêndio*, o que vem a ser a mesma decisão de ofertar $O_B = 5$ exemplares do *Macroeconomic Theory*. "Mas se, por exemplo, estivesse impedido de ir ao mercado, ou se, por uma razão ou por outra, tivesse que fazer uma encomenda a um amigo, ou dar suas ordens a um agente, *deveria prever todos os valores possíveis de P_{BA}* , desde zero até o infinito, e determinar, em conseqüência, todos os valores correspondentes de D_A , exprimindo-os de alguma maneira [em nosso caso em termos de B]" (Walras, 1983, p. 42, grifo nosso). Fica claro, portanto, que a noção de preço ou termos de troca define-se *independentemente da efetivação de um ato de troca*. Preços representam meramente

proporções possíveis de troca entre dois bens, segundo as quais determinado agente estaria disposto a realizar a troca.

Mantendo nosso exemplo, suponhamos agora que há dez pessoas ofertando 10 exemplares do *Compêndio* em troca de 5 exemplares do *Macroeconomic Theory* e sete pessoas ofertando 5 unidades do *Macroeconomic Theory* em troca de 10 exemplares do *Compêndio*. Neste caso temos:

$$\begin{aligned} O_A &= 100; D_A = 70 \rightarrow O_A > D_A \\ O_B &= 35; D_B = 50 \rightarrow O_B < D_B \end{aligned}$$

Temos aí duas possibilidades. Num primeiro caso podemos supor que sete entre os dez demandantes do *Macroeconomic Theory* (ou ofertantes do *Compêndio*) encontram os sete demandantes do *Compêndio* (ou ofertantes do *Macroeconomic Theory*) e realizam suas trocas na proporção $P_{BA} = 2$. Neste caso podemos dizer que a troca foi efetuada pelo “lado curto do mercado” (ofertantes do *Macroeconomic Theory*), enquanto os ofertantes do *Compêndio* estão “rationados”. Temos assim a troca efetivada, embora oferta e demanda sejam diferentes, caracterizando o chamado “equilíbrio não-walrasiano”. Não necessariamente, portanto, “um ato de troca corresponde à igualdade entre oferta e demanda”, cabendo aí a qualificação a que nos referíamos quanto à passagem supracitada de Schwartz.

No segundo caso pode ocorrer, entretanto, que os agentes (ou um leiloeiro central) percebam que $O_A > D_A$ e tenha início um processo de ajuste de preços, no qual P_{BA} deverá diminuir até que $O_A = D_A$. É necessário, pois, algum mecanismo coordenador para que haja a igualdade entre oferta e demanda no ato da troca tal como referida por Schwartz.

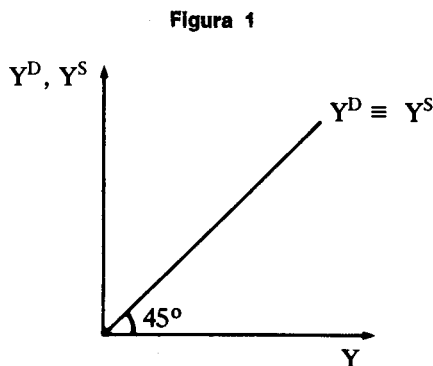
O outra confusão refere-se à relação entre venda/compra e oferta/demanda. Como já vimos em nosso exemplo, o total de compras de um produto é necessariamente idêntico ao de suas vendas, independente de sua oferta ser igual à sua demanda. Como já dizia Walras, “toda troca de duas coisas, uma pela outra, compõe-se de uma dupla venda e uma dupla compra” (Walras, 1983, p. 33), repetindo, aliás, o que já haviam afirmado James Mill, Marx etc.

Oferta e demanda são, no entanto, conceitos diversos. No caso do consumidor, sua demanda é fruto de um programa de maximização de utilidade sujeito à restrição posta por sua dotação de fatores e pelos preços destes fatores. Já a oferta das firmas é obtida a partir de um programa de maximização do lucro. Ambas envolvem, portanto, um caráter de *planejamento ou desejabilidade*. São, desta forma, funções *comportamentais*. Sob algumas condições (Debreu, 1959, caps. 3 e 4) as ofertas e demandas são funções contínuas cujo argumento é o vetor de preços (Debreu, 1959, cap. 5). Não há sentido, pois, na afirmação de Schwartz que “uma mesma transação pode ser chamada de oferta ou demanda” ou que “as transações oferta e demanda confundem-se numa mesma entidade” (Schwartz, 1989, p. 90), permanecendo como “fatores” distintos nos demais instantes. Oferta e demanda são sempre “fatores”

distintos, apesar de não nos ter ficado claro o que Schwartz quer dizer com “fatores”.

TEORIA DA RENDA

A crítica central do autor, contudo, refere-se ao mecanismo de ajuste macroeconômico neoclássico. Conforme já adiantamos anteriormente, para Schwartz, o conceito de excesso de demanda agregada como elemento que conduz à igualdade macroeconômica entre oferta e demanda (mediante movimentos do produto real) estaria errado porque, pela identidade macroeconômica básica $Y \equiv C + I$, a *demanda agregada nunca poderia ser superior ou inferior à oferta agregada*. Como ambas seriam idênticas, não poderia existir excesso de demanda, o que configuraria o erro lógico fundamental da macroeconomia neoclássica. Graficamente isto poderia ser traduzido por:



ou seja, na macroeconomia neoclássica o nível de renda ficaria indeterminado, em função de seu erro lógico, porque $Y^D \equiv Y^S$.

Parece-nos haver aí outra confusão. No nosso entender, Schwartz confunde o conceito *contábil* de “dispêndio” agregado — necessariamente idêntico à oferta agregada — com o conceito *econômico* de demanda agregada. O segundo conceito, devido à sua natureza econômica, envolve necessariamente uma referência aos *planos dos agentes econômicos*, ou seja, está ligado, como assinalamos anteriormente, à *desejabilidade*, e conseqüente planejamento dos agentes. Mais especificamente, a demanda agregada envolve dois tipos de planos: um referente à satisfação das necessidades (a demanda de consumo) e outro relativo ao estoque desejado de capital (investimento). Ambos os componentes estão, portanto, relacionados aos desejos dos agentes econômicos.

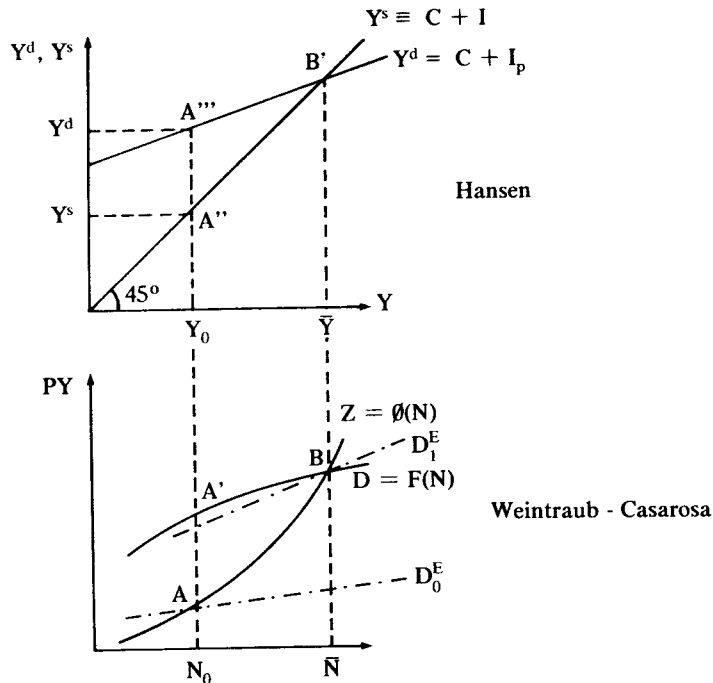
Como se sabe, o consumo é geralmente suposto ser função da renda esperada. Os modelos neoclássicos tradicionais vão mais além e substituem a renda esperada pela renda corrente como argumento da função consumo. O investimento, por sua vez, é suposto ser independente do produto e refere-se ao estoque desejado de capital em contraposição ao estoque efetivo.

A demanda agregada está relacionada, portanto, a uma noção de *gasto planejado/desejado* que pode diferir — ao contrário do que afirmam Schmitt e Schwartz — do volume de produção. Tal afirmação pode ser ilustrada por dois modelos bastante simples que, no fundo, dizem a mesma coisa: o modelo de Hansen (dentro da tradição neoclássica) e o modelo de Weintraub-Casarosa (dentro da tradição pós-keynesiana).

Num determinado momento, os empresários devem tomar uma decisão quanto ao volume de emprego que ofertarão, ou seja, seu volume de produção. No entanto, como o processo produtivo envolve tempo (o “período de produção”) as decisões a este respeito são tomadas com base nas expectativas sobre o volume de demanda agregada ao final do período de produção. Supondo que a demanda agregada expectacional seja D^E , os empresários fixam o nível de emprego em N_0 e de produção em Y_0 , configurando o ponto de Demanda Efetiva A. Todavia, a este nível de emprego as disposições de demanda da sociedade são superiores ao volume de produção, ou seja:

- (1) $f(N) > \varnothing(N)$
- (2) $y^D > y^S$

Figura 2



Tal fenômeno implica uma dinâmica de estoques. O volume dos estoques cai ($dE < 0$), impedindo a concretização dos planos dos empresários quanto ao estoque desejado de capital. Em outras palavras, o investimento realizado

$I''' = I_p + dE$ é inferior ao investimento desejado I_p , já que $dE < 0$, caracterizando o desequilíbrio no sistema. Tal desequilíbrio, aliás, pode ser caracterizado por outro ângulo, qual seja, a não-confirmação das expectativas a curto prazo dos empresários.

A variação indesejada dos estoques, além de caracterizar o desequilíbrio do sistema, garante que a identidade macroeconômica básica não seja violada, já que da demanda agregada “real” $D = f(N)$ retiramos dE , de forma a definir o conceito contábil de “dispêndio” agregado. Tal variação induz, ademais, ao já referido processo de revisão das expectativas a curto prazo, que só cessa no equilíbrio do sistema, quando a demanda agregada expectacional D^{E_1} (e conseqüentemente a oferta agregada $Z = \phi(N)$) coincide com o volume de demanda agregada “real” D (o ponto B do gráfico, também um ponto de Demanda Efetiva) na forma:

$$(3) D^{E_1} = f(N) = \phi(N)$$

$$(4) Y^D = Y^S \equiv Y$$

determinando o nível de emprego N e de produto Y . Supõe-se, pois, que os agentes não erram, ou, mais precisamente, que “o processo de revisão de expectativas a curto prazo é gradual e contínuo, e ocorre (...) de tal modo que os resultados esperados e realizados se confundem e se entrelaçam nos seus efeitos” (Keynes, 1983, p. 45).

Não há sentido, portanto, em confundir — como fazem Schmitt e Schwartz — a demanda agregada com a produção em geral. O “dispêndio” agregado (contábil) não pode, sem dúvida, ultrapassar a produção, sendo garantida a identidade, pela queda *indesejada* dos estoques. A demanda agregada, contudo, não se acha limitada pela produção, porque envolve (como já ressaltamos) um caráter de *planejamento* em relação ao consumo e à formação de capital. Este é o caráter salientado por Keynes, que transparece mesmo nos modelos neoclássicos mais simples como o de Hansen, e é o que os torna traduções muito mais fiéis do pensamento keynesiano do que nossos preconceitos permitem imaginar.

FINAL

Parece-nos, portanto, que o esforço crítico de Schwartz não foi bem-sucedido, em função dos equívocos teóricos acima apontados. Isto não quer dizer que a macroeconomia neoclássica (assim como a macroeconomia em geral) seja imune a críticas.

O problema central da macroeconomia, isto é, o problema da agregação permanece sem uma solução analítica satisfatória. Nos modelos macroeconômicos, não apenas somos obrigados a agregar todos os bens num único bem (seja na forma da mercadoria composta hicksiana, seja pela suposição de produção única), como também somos forçados a agregar os planos dos agentes

econômicos individuais. Especificamente, quando supomos o processo de formação de expectativas a curto prazo, a hipótese implícita neste raciocínio é a de um período de produção igual e coincidente para todas as firmas. Da mesma forma é necessário supor — para realizar a agregação destes planos individuais — que a racionalidade dos agentes seja paramétrica, isto é, que cada agente individual considere os planos dos demais agentes como dados. Se admitirmos racionalidade estratégica — na qual a formulação dos planos e expectativas de cada agente depende do que o agente espera ser a reação dos demais — a agregação dos planos individuais torna-se um problema bastante complexo, cuja solução está no âmbito da Teoria dos Jogos.

Além da questão da agregação, a macroeconomia neoclássica apresenta também problemas relacionados a seus fundamentos microeconômicos em suas várias funções comportamentais. Por exemplo, a introdução da moeda nos modelos macroeconômicos neoclássicos (em particular o chamado efeito-Pigou) carece de bases microeconômicas. Como ficou claro na polêmica Patinkin-Hahn, a introdução de moeda num sistema de equilíbrio geral pode comprometer a sua solução, no sentido de que deixa de haver garantia da existência do equilíbrio, mesmo com as demais hipóteses básicas do modelo Arrow-Debreu.

São tais críticas, aliás, que têm orientado o programa de pesquisa da macroeconomia neoclássica. Os avanços da teoria macroeconômica têm-se dado no sentido de resolver estes problemas, como é o caso da assim chamada “macroeconomia do desequilíbrio”. É forçoso reconhecer, todavia, que tais críticas não apenas são “externas” (para utilizarmos a expressão de Schwartz), como vêm sendo incorporadas à macroeconomia neoclássica pelos avanços mais recentes da ciência. Não pretendemos neste espaço discutir as demais críticas “externas” citadas pelo autor em seu artigo, embora também vejamos problemas metodológicos em sua argumentação.

À guisa de conclusão, somos tentados a dizer que o esforço de Schwartz (mais uma vez) apenas reforçou a idéia de que os fundamentos lógicos do castelo neoclássico são muito mais sólidos do que sonham alguns de nossos economistas.

REFERÊNCIAS

- Debreu, G. *Theory of Value*, Yale University Press, Londres, 1959.
- Keynes, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda*, Ed. Abril, S. Paulo, 1983.
- Schmitt, B. “The Identity of Aggregate Supply and Demand in Time”, in Barrère, A. (ed.), *Foundations of Keynesian Analysis*, MacMillan Press, Londres, 1988.
- Schwartz, G. “Uma Nota sobre a Refutação Lógica da Macroeconomia Neoclássica”, *Revista de Economia Política*, vol 9, n. 1, 1989.
- Walras, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*, Ed. Abril, S. Paulo, 1983.
- Cafarosa, C. “The Micro Foundations of Keynes’ Aggregate Supply and Expected Demand Analysis”, *The Economic Journal*, vol. 91, março, 1981.

ABSTRACT

This paper is an answer to Gilson Schwartz's paper, published in *Revista de Economía Política*, vol. 9, n. 1. It shows that his intended logical refutation of the neoclassical macroeconomic theory fails due to conceptual misunderstandings. It demonstrates these misunderstandings and suggests some more reasonable ways of criticism to neoclassical macroeconomics.

PENSAMIENTO IBEROAMERICANO

Revista de Economía Política

Revista semestral patrocinada por el Instituto de Cooperación Iberoamericana (ICI) y la Comisión Económica para América Latina (CEPAL).

Número 14

Julio-Diciembre 1988

SUMARIO

EL TEMA CENTRAL: "TRANSICION Y PERSPECTIVAS DE LA DEMOCRACIA EN IBEROAMERICANA"

EXPOSICION INTRODUCTORIA

— *Belisario Betancur*: Más justo crecimiento. La Utopía posible.

PAISES ANDINOS

— *René Antonio Mayorga*: La democracia en Bolivia: ¿Consolidación o desestabilización? Comentario. — *Fernando Calderón*: Más plural, más progresiva... (la consolidación democrática en Bolivia). — *Francisco Leal Buitrago*: Democracia oligárquica y rearticulación de la sociedad civil: el caso colombiano. — *Gabriel Murillo*: Hacia la democracia participativa en Colombia. Retos y posibilidades. Comentarios. — *Fernando Botero Zea*: En el filo de la navaja: la democracia colombiana en 1988. — *Gary Hoskin*: Modernización social, populismo frustrado y esclerosis política: reflexiones sobre la democracia colombiana. — *Carlos Huneeus*: La democracia en Chile. Un enfoque institucional. Comentarios. — *Pilar Gaitán*: Instituciones y proceso social en Chile. — *Manuel Antonio Garretón*: La democracia en Chile: de la transición a la consolidación posibles. — *Oscar Landerretche*: ¿Nueva democracia o nuevo ciclo democrático en Chile?. — *Amparo Menéndez Carrión*: La democracia en Ecuador: desafíos, dilemas y perspectivas. Comentarios. — *Patricio Moncayo M.*: Condicionantes económicos de la democracia en Ecuador. — *Germán Palacio*: Preguntas malintencionadas de la democracia: a propósito del caso ecuatoriano. — *Fernando Rospigliosi*: Perú: entre el acuerdo y la libanización. Comentarios. — *Jorge Parodi*: Dependencia económico-social y desintegración nacional: retos para la democratización en Perú. — *Henry Pease García*: Perspectiva de la democracia en Perú. — *Luis Gómez Calcaño*: La democracia venezolana entre la renovación y el estancamiento. Comentarios. — *Alirio Gómez Lobo*: Intervencionismo y estabilidad en Venezuela. — *Alicia Puyana*: Sobre la democracia en Venezuela y Colombia: ¿Por qué divergem los caminos?. — *Juan Carlos Rey*: Democracia, desarrollo y redistribución en Venezuela.

MEXICO Y CENTROAMERICA

— *Héctor Aguilar Camín*: PRI: descenso del milagro. — *Edelberto Torres-Rivas*: Centroamérica: democracias de baja intensidad. — *Marvin Ortega*: Democracia y partidos políticos en Nicaragua.

BRASIL Y URUGUAY

— *María D'Alya Gil Kinzo*: Consideraciones sobre a transição democrática no Brasil. — *Juan Rial*: Transición hacia la democracia y gobernabilidad en Uruguay: 1985-1988.

ESPAÑA Y PORTUGAL

— *Jordi Solé Tura*: Transición a la democracia y estabilidad: el caso de España. — *Antonio García Santesteban*: Cesión y claudicación, la transición política española. — *Ludolfo Paramio*: Algunos rasgos de las transiciones pactadas a la democracia. — *Alejandro Nieto*: La Administración Pública durante la transición y consolidación de la democracia en España. — *César Oliveira*: Transição e consolidação da democracia em Portugal.

EXPOSICIONES DE CLAUSURA

— *Lawrence Whitehead*: Generalidad y particularismo de los procesos de transición democrática en América Latina. — *Oswaldo Sunkel*: Perspectivas democráticas y crisis de desarrollo.

FIGURAS Y PENSAMIENTO

— *Rafael Sagredo B.*: Manuel Rengifo: un proteccionista del siglo XIX. — *José Miguel Fernández Pérez*: La trayectoria intelectual de Francisco Bernis. — *José Miguel Fernández Pérez*: Relación cronológica de la obra de Francisco Bernis.